



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura

Declaração Política – José Decq Mota

19/03/2002

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

As eleições do passado domingo determinaram uma composição da Assembleia da República com acentuadas diferenças daquela que tinha sido eleita em 1999.

Consequentemente, o Governo do País terá, forçosamente, uma outra origem e composição partidária, situando-se na direita do espectro partidário representado.

Ao PSD, como partido vencedor das eleições, caberá a tarefa de formar Governo, sendo muito provável, tendo em conta as declarações já feitas, que esse Governo venha a assentar na maioria de direita que o veredicto popular determinou que tivesse lugar na Assembleia da República.

A alteração verificada na situação política nacional é sem dúvida profunda, e foi, no essencial, motivada por políticas que não contribuíram para resolver muitos dos problemas do País.

O descontentamento existente no final do ano passado levou a que, após as Autárquicas, o Primeiro Ministro pedisse a demissão.

A ascensão ao poder, com vitória relativa, do partido que tinha ganho as Autárquicas, aparece assim como uma consequência lógica de um processo de alternância em que, independentemente de alternarem os titulares do poder político, sucedem-se os ciclos de descontentamento.

Cabe a este propósito recordar que a causa fundamental da não concorrência, em 1995, do professor Cavaco Silva a um novo mandato, se deve ao descontentamento social que a sua política tinha gerado, tal como aconteceu agora e que motivou o pedido de demissão do Engenheiro António Guterres.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

A alteração que se vai verificar no poder da República obriga a que seja abordada, com objectividade, a questão do relacionamento entre a República e as Regiões Autónomas.

Poder-se-ia, por comodidade, partir do princípio, aliás verdadeiro, que a Constituição e o Estatuto fornecem todos os elementos definidores desse relacionamento, o que tornaria supérflua a abordagem política da questão.

O conhecimento, ao longo do tempo, do processo político de relacionamento entre as Regiões e a República, aconselha-nos, no entanto, a levantar algumas questões neste momento de modificação da composição política do poder da República.

Em primeiro lugar, não deixa de ser preocupante ter havido demasiadas declarações de especialistas da área das finanças públicas, segundo os quais se pode concluir serem as Regiões Autónomas “ despesistas ”. Cabe lembrar a este propósito que vários desses interventores são da área política do partido vencedor, sendo certo porém haver outros ligados quer ao PS, quer ao PP.

Esta postura é preocupante porquanto sabemos que é indispensável que a nossa Região Autónoma possa continuar a dispor dos meios necessários a prossecução de um processo de desenvolvimento que seja de convergência com o todo nacional.

Cabe também lembrar que não foi realizado o processo obrigatório de revisão da Lei de Finanças Regionais e que será de todo o interesse que a filosofia a adoptar para essa revisão tenha em conta a posição consensual obtida na Comissão de Economia desta Assembleia.

Em segundo lugar, cabe recordar que a História nos ensina que o período político em que o relacionamento do Estado com a Região foi pautado por critérios acentuadamente centralistas, corresponde ao período em que foi Primeiro Ministro o Professor Cavaco Silva, presidindo a Governos do PSD.

Ao sublinhar esta realidade histórica, não pretendo fazer nenhuma transposição mecânica para a actualidade e a partir dessa transposição fazer qualquer tipo de “ profecia “, mas pretendo tão só chamar a atenção para o facto da direita nacional ter uma clara tendência centralista já demonstrada.

Não é suficiente apresentar como contraponto a essa tendência o facto de o PSD/Açores ter sido o primeiro partido a governar a Região Autónoma e ser defensor reconhecido do sistema autonómico, pois foi exactamente durante a vigência de

Governos Regionais do PSD que o centralismo do Governo da República, também do PSD, chegou ao seu limite máximo.

A defesa das prerrogativas autonómicas, face a quaisquer tendências centralistas, de distanciamento ou de não assunção de responsabilidades, necessitarão no futuro, tal como sucedeu no passado, do empenhamento consensual da sociedade açoriana e de todas as suas forças políticas e sociais.

Em terceiro lugar, cabe lembrar que na próxima legislatura da República poderá ter lugar uma Revisão Constitucional.

A este respeito convém sublinhar ser importante trabalhar-se para que as eventuais alterações ao Título VII – Regiões Autónomas, sejam construídas não apenas na base constitucional dos 2/3 exigíveis, mas na base de um grande consenso regional e nacional.

O problema é tanto mais importante quanto subsiste claramente a necessidade de ser realmente clarificado o poder legislativo regional.

Esta questão pode vir a assumir alguma relevância, noutro sentido, uma vez que o Primeiro Ministro que em breve será indigitado, afirmou em campanha eleitoral que defenderá a extinção do cargo de Ministro da República, o que levantaria a questão que exige debate, de como e por quem seriam exercidos os poderes fundamentais de promulgação das leis regionais e fiscalização da constitucionalidade das mesmas.

Em quarto lugar, cabe referir aspectos que são essenciais no relacionamento político entre os órgãos de soberania e os órgãos regionais.

A este respeito interessará muito ter presente ser essencial que o Governo da República, perante a União Europeia, se empenhe na concretização plena do Estatuto de Ultraperiferia, de forma a que possam vir a ser consagradas medidas e programas específicos que dêem conteúdo político a essa norma do Tratado da União.

Interessaria que houvesse abertura para a correcta regionalização de algumas competências e serviços, relacionados com o INIP e com o IFADAP, os quais nada justifica continuem a depender do Estado.

Interessaria, sobremaneira, ser urgentemente revista a tabela de emolumentos dos serviços de registo e notariado que, conforme demonstrámos na última sessão, é especialmente penalizadora nesta Região, no que respeita a doações, partilhas e registos.

Interessaria dar continuidade muito urgente à resolução dos problemas de instalações dos serviços do Estado, cabendo aqui uma especial prioridade à Repartição de Finanças da Horta e ao Tribunal da Comarca de Vila do Porto, ambos instalados de forma totalmente indigna.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Aos titulares do poder regional – esta Assembleia e o Governo Regional – caberá certamente o papel de defenderem com correcção, rigor e empenhamento os interesses regionais. Caberá sempre a responsabilidade de saberem pôr acima de tudo a defesa desse interesse regional.

Aos titulares dos Órgãos de Soberania – todos eles – continuará a caber a responsabilidade de saberem compreender que a Autonomia existe porque há especificidades; que as especificidades existem porque somos um Arquipélago distante; que a distância gera estrangulamentos e dificuldades óbvias ao desenvolvimento e que o desenvolvimento de todo o País, incluindo as Regiões Autónomas, exige que a solidariedade nacional seja um facto.

Compreender esta linha de raciocínio implica não se ser centralista e esta é a única exigência que tem que ser colocada agora.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Em nome do PCP/Açores quero reafirmar perante esta Assembleia e perante o Povo dos Açores a nossa completa e total disponibilidade para continuar a lutar pela valorização da Autonomia e pelo desenvolvimento regional, como é aliás nossa estrita obrigação e nosso inalienável direito.

Disse.